

A RECONFIGURAÇÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA E AS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Aline de Andrade Rodrigues¹

A preocupação com a formação profissional no âmbito do Serviço Social se particulariza no interior da profissão quando se identifica o fenômeno da mercantilização da educação, especialmente no final dos anos 2000 e durante a década de 2010. A categoria, por meio de suas instâncias representativas, atua intensamente denunciando as repercussões da educação mercantilizada para a população como um todo, bem como estiveram e continuam vigilantes sobre o seu crescimento e os desdobramentos para o Serviço Social, que ao longo das duas décadas assistiu os cursos se constituírem como uma mercadoria importante aos empresários da educação.

A tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “Entre a atrofia e a dilatação dos cursos de Serviço Social em Santa Catarina: as determinações que orbitam a oferta dos cursos no estado”, buscou reconhecer as particularidades da educação superior e do curso de Serviço Social no estado de Santa Catarina. Nela, identificou-se o panorama da oferta do curso reconhecendo os vínculos desta conjuntura com o projeto profissional. Essa particularidade consiste com a participação do Sistema ACAFE, como uma organização de relevante importância na oferta e organização do ensino superior catarinense e na formação histórica dos assistentes sociais.

Além disso, a tese demonstra que a conjuntura atual do curso de Serviço Social em Santa Catarina é produto da crise estrutural do capital e que está conexas ao papel desempenhado pelos organismos multilaterais que atuaram na administração do Estado e na contrarreforma impelida às políticas sociais, em especial à educação superior.

Foi possível constatar a linha de continuidade dos governos federais – desde a década de 1990 – no que concerne a mercantilização da educação. Desta forma, foi possível perceber a peculiaridade em todos os governos, inclusive a ultraliberalização na presidência de Jair Bolsonaro, com ataques ideológicos à ciência e à universidade pública. Neste governo, o crescimento da oferta de novos cursos de Serviço Social no estado, no âmbito de instituições privadas e lucrativas foi um destaque relevante em comparação aos governos anteriores.

¹ Doutorado e Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Doutorado Sanduíche na Universidade de Valência - Espanha. Assistente Social do Hospital Universitário (HU/UFSC)

É preciso mencionar que a política de educação superior, que abriu caminho ao empresariamento, ocorreu no seio dos anos 1990. Esta foi uma década que para a profissão significou um período de afirmação da sua vertente crítica, caminhando para fortificar um mercado de trabalho assentado no setor público, mas que no âmbito da formação – combinada com uma nova perspectiva de educação mercantil – vai se explicitando em evidente tensionamento a uma perspectiva neoconservadora.

O Sistema ACAFE historicamente manteve certa hegemonia na oferta dos cursos de Serviço Social no estado, porém, na década dos anos 2000 se identifica um processo de “crise” no referido sistema, que tem como um dos elementos justificáveis a entrada das instituições privadas e lucrativas no estado. A tese pode evidenciar a dilatação sem precedentes desse fenômeno no Serviço Social e o rebatimento tanto para as instituições sem fins lucrativos, associadas ao Sistema ACAFE, quanto no que diz respeito a possibilidade de abertura de novos cursos públicos.

Essas questões revelaram que a expansão visualizada na oferta dos cursos no estado, sobretudo com as determinações do EaD, tanto provocou uma atrofia da oferta presencial quanto afetou a realidade dos cursos associados às instituições de ensino não lucrativas. O imperativo do mercado e as pressões internas vividas pelas instituições forjaram a necessidade de adaptação dessas instituições e dos seus cursos, inclusive acionando o arsenal estratégico do mercado e da política de educação. Um dos exemplos ocorreu mediante a incorporação do EaD nos cursos presenciais, o que viabiliza, acima de tudo, a redução dos custos do curso, uma exigência primordial para a sua continuidade. Outro fator observado neste trabalho foi o fechamento de diferentes cursos de Serviço Social no estado, associados especialmente às instituições sem fins de lucro.

O Serviço Social se manteve com o único curso público e gratuito na UFSC, sem ter recebido novas ofertas públicas e gratuitas em novas instituições - como ocorreu nos estados vizinhos. Essa questão também foi problematizada na tese considerando a organização do sistema ACAFE e o seu protagonismo político. Desta forma, foi reconhecido que ao mesmo tempo que a ACAFE contribuiu com sua atividade fim na formação superior dos catarinenses também defendeu sua hegemonia na oferta do ensino superior no estado, reverberando negativamente sobre a perspectiva e expansão do ensino público e gratuito.

A exemplo disso, a Universidade Gratuita, programa do atual governo estadual, valida a relação imbricada da ACAFE e a política catarinense – ainda que seja importante destacar as contradições nos interstícios dessa relação. Os investimentos no ensino superior público e gratuito ficou secundarizado na plataforma do governo, mesmo com embates realizados por alguns parlamentares e líderes da sociedade civil que defenderam o ensino superior público e gratuito e não tiveram força neste debate.

Importante destacar que a inflexão da formação do Serviço Social no estado, através de instituições que adentram no contexto da política de expansão do ensino superior pela via do mercado, ocorre pela predominância financeira. Essa dinâmica revela que, no mercado da educação, têm se sucedido com alto dinamismo a centralização e a concentração das empresas educacionais, através de grandes conglomerados da educação. Isso ocorreu lançando-se mão de uma estratégia que potencializou a chegada ao estudante, que é cliente nessas instituições: a utilização da tecnologia de EaD e, conseqüentemente, com a oferta massiva de cursos de Serviço Social no estado por instituições que não se associam às diretrizes curriculares elaboradas no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Essas instituições vinculam-se apenas às diretrizes curriculares elaborados pelo MEC.

O fenômeno contraditório da expansão dos cursos de instituições lucrativas, associado ao EaD, e atrofia dos cursos presenciais encontram raízes mais profundas na organização histórico-política do ensino superior, e estão mediadas pelo estado dependente brasileiro. Essas raízes se particularizam na realidade catarinense, apresentam conexões com a crise estrutural do capital e, ainda, implicações na formação profissional. Este fato ocorre porque sinalizam uma mudança de rota teórico-política com a incorporação do ideário neoliberal, com a retomada do neoconservadorismo na profissão que adentra aos conteúdos ofertados pelas instituições mercantis.

A organização do ensino superior – tanto catarinense quanto no que se refere ao panorama dos cursos de Serviço Social – é compreendida como processual e vai responder conforme o movimento da realidade e da correlação de forças – por isso não é fechada. A retomada do debate sobre a federalização da FURB e as mudanças da conjuntura política nacional são amostras dessa dinamicidade e não subtraem o protagonismo importante da classe trabalhadora organizada para avançar na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, voltada aos interesses de sua própria classe.



Expediente: Este boletim é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2023-2026.

Comissão de Comunicação: Cassiano Ferraz, Bruno Gonçalves Gavião, Flávia de Brito Souza, Karoline Gonçalves e Simone Dalbello.

Diagramação: Cassiano Ferraz - Assessor de Comunicação (comunicacao@cress-sc.org.br)